

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

**O cortiço e a parcialidade da ciência***O cortiço and the partiality of science*Vinícius Vieira da SILVA<sup>1</sup>Glauc Cunha CAZÉ<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo irá se debruçar sobre o romance *O cortiço* (1890) de Aluísio Azevedo, que, enquanto uma obra pertencente ao movimento naturalista, compartilha da pretensão deste por realizar, através do cientificismo europeu de sua época (segunda metade do século XIX), representações objetivas e imparciais da realidade, assim como, criticar aos valores e costumes típicos à sociedade da época. Neste sentido, aponta como objetivo problematizar a suposta imparcialidade do cientificismo incorporado pela obra compreendendo suas respectivas implicações políticas, epistemológicas e ideológicas na maneira com que a obra retrata/representa e critica a sociedade em que estava inserida (a então recém-nascida República Velha). Desse modo, por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa, primeiramente, foram elaboradas considerações sobre a relação de uma obra literária com a realidade, com enfoque nas especificidades dessa relação no que diz respeito as obras naturalistas, e, em *O cortiço*. Em seguida, postulou-se uma análise direta a obra, relacionando como o respectivo contexto socioeconômico, histórico e ideológico em que ela estava inserida, exerceu influência não apenas sobre ela, mas sobre o próprio cientificismo com o qual se esperava alcançar um ideal de representação imparcial. Ao fim destas considerações e postulações, percebeu-se a parcialidade ideológica, principalmente, do eurocentrismo e do racismo nas teorias científicas incorporadas pela obra, e, conseqüentemente, nela própria; concluindo que a obra, apesar de atentar-se a questões estruturais de problemáticas sociais oriundas da época, não escapou de ser condicionada pelo seu contexto de produção, como também não escapou o cientificismo.

**Palavras-chave:** Eurocentrismo. Literatura brasileira. Naturalismo. *O cortiço*.

**Abstract:** This article will focus on the novel *O cortiço* (1890) by Aluísio Azevedo, which, as a work belonging to the naturalist movement, shares its intention to achieve, through the European scientism of its time (second half of the 19th century), objective and impartial representations of reality, as well as criticizing the values and customs typical of society at the time. Considering that, the objective is to problematize the supposed impartiality of the scientism incorporated by the work, understanding its respective political, epistemological and ideological implications in the way in which the work portrays/represents and criticizes the society in which it was inserted (the then newly born Old Republic). Thus, through a qualitative bibliographic review, firstly, considerations were made about the relationship between a literary work and reality, focusing on the specificities of this relationship with regard to naturalistic works, and, in *O cortiço*. Then, a direct analysis of the work was postulated, relating how the respective socioeconomic, historical and ideological context in which it was inserted, exerted influence not only on it, but on the scientism itself with which it was hoped to achieve an ideal impartial representation. At the end of these considerations and postulations, the ideological partiality, mainly, of Eurocentrism and racism in the scientific theories incorporated by the work, and, consequently, in itself; concluding that the work, despite paying attention to structural issues of social problems arising from the time, did not escape being conditioned by its production context, nor did scientism escape.

**Keywords:** Eurocentrism. Brazilian literature. Naturalism. *O cortiço*.

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura Plena Português/Inglês no Centro Universitário Frassinetti do Recife – UniFAFIRE. E-mail: [viniciusvieirasilva@grad.fafire.br](mailto:viniciusvieirasilva@grad.fafire.br).

<sup>2</sup> Professor de Língua Portuguesa na rede pública de ensino em Pernambuco, Professor de Literaturas na graduação e na pós-graduação do Centro Universitário Frassinetti do Recife - UNIFAFIRE e Coordenador do Centro de Estudos e Debates (CENEDE), também no Centro Universitário Frassinetti do Recife - UniFAFIRE, além de vice-presidente do NDE Letras. E-mail: [glaucoc@prof.unifafire.edu.br](mailto:glaucoc@prof.unifafire.edu.br).

## Introdução

Além de ser uma das mais importantes obras de Aluísio de Azevedo, *O cortiço*, publicada em 1890, é uma das principais expoentes da literatura naturalista brasileira. Tal movimento literário tinha entre seus principais pressupostos a representação objetiva da realidade (a representação da realidade “tal como ela é”), pressuposto este que também é compartilhado pelo movimento realista, mas, diferente do movimento realista, que “se contentava” em apenas representar/retratar a realidade, o Naturalismo também tinha o intuito de criticar combativamente os valores e costumes de sua respectiva época — o século XIX.

Para alcançar seus ideais de representação objetiva, o movimento naturalista lançava mão do cientificismo de sua época, este que abarcava: as teorias raciais, o materialismo e o determinismo. Assim, os adeptos, praticantes e idealizadores do naturalismo acreditavam estar realizando representações objetivas da realidade, livres, por exemplo, dos idealismos sentimentais típicos da literatura romântica que os precedeu ou de qualquer condicionamento ideológico que pudesse contradizer a objetividade pretendida; a ciência seria, então, o meio pelo qual os(as) escritores(as) naturalistas se colocariam como “observadores neutros” do meio — da realidade. E ela também seria a ferramenta com a qual eles(as) iriam combater os valores e costumes da época.

Sendo parte deste movimento literário, *O cortiço*, obra que será o objeto de estudo do presente artigo, compartilha dos pressupostos e pretensões anteriormente abordados. A obra lança mão do cientificismo — importado da Europa — para tecer uma pretensa representação objetiva da então realidade brasileira. Em sua prosa, percebe-se a forte influência do determinismo, das teorias raciais e do materialismo; contudo, o que irá se questionar no presente artigo é se a incorporação do cientificismo na obra objeto-de-estudo a isenta de ser condicionada pelas construções ideológicas oriundas de sua época. Em outras palavras: o contexto de produção da obra — a conjuntura material e subjetiva da República Velha — deixa de condicionar o seu discurso por ela lançar mão do cientificismo? O cientificismo seria de fato a ferramenta que possibilitaria para a obra a realização de uma representação objetiva da realidade, isenta de qualquer contradição idealista ou ideológica?

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

Na empreitada de responder a essa problemática, será necessária a análise de materiais que se debruçam sobre a velha república — período histórico em que está situada a obra — e sua respectiva conjuntura material (socioeconômica) e subjetiva (ideológica e cultural), assim como nas teorias científicas em voga na época. Materiais que serão analisados à luz do materialismo histórico-dialético tal qual foi formulado por Karl Marx e Friedrich Engels em *A ideologia alemã* (2007). E para que se possa relacionar toda essa contextualização com a obra objeto-de-estudo, será considerada a relação realidade-obra tal qual foi postulada por Antonio Candido em seu artigo *De cortiço em cortiço* (1991), assim como serão analisados outros materiais que se debruçam sobre a relação de uma obra literária com seu determinado contexto. Por fim, a obra objeto-de-estudo, *O cortiço*, será diretamente analisada, relacionando suas estruturas internas ao seu respectivo contexto de produção, apontando-se suas contradições e o que cada contradição evidencia sobre a problemática da não-imparcialidade da ciência.

E assim, por meio dessa revisão bibliográfica qualitativa, espera-se provar a hipótese de que não apenas o romance *O cortiço* foi condicionado pelo contexto em que estava inserido durante o seu fazer, como nem o próprio cientificismo de que ele se apropria escapou deste condicionamento. Comprovando-se ou não tal hipótese, o presente artigo além de propor reflexões críticas sobre *O cortiço*, também propõe uma reflexão sobre o próprio fazer da literatura, da ciência (e sua não-imparcialidade) e da dominação subjetiva e material do eurocentrismo sobre o Brasil.

## 1 O naturalismo e a relação da literatura com a realidade

No livro *A literatura brasileira*, em capítulo intitulado *A ficção Naturalista*, Coutinho (2004) caracteriza o movimento naturalista como um “prolongamento” e “aprofundamento” do movimento realista. Em seu texto, o autor procura diferenciar ambos os movimentos literários, uma vez que, segundo ele, é comum a confusão conceitual na diferenciação destes. De acordo com Coutinho, enquanto o realismo se “contentava” em apenas representar/retratar a realidade, o Naturalismo, no intuito de seus idealizadores e praticantes, assumia uma postura crítica combativa aos valores e costumes de sua respectiva época, o que o tornava um movimento mais

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

“político” e “polêmico” em relação ao realismo. Coutinho (2004) faz a seguinte menção a uma carta escrita por Eça de Queiroz:

Em carta a Rodrigues de Freitas, escrita a propósito da crítica que este fizera a um de seus romances, esclarece Eça de Queiroz que aquilo que visava o naturalismo, na fotografia e mesmo na caricatura do mundo burguês, era apontar este ao escárnio, à gargalhada e ao desprezo do mundo moderno e assim preparar-lhe a ruína. (Coutinho, 2004, p. 74).

Ainda segundo Coutinho, no contexto do naturalismo brasileiro, tais críticas eram principalmente direcionadas para o clérigo, o preconceito racial e a questão sexual (problemáticas que não são elaboradas à fundo pelo autor). Também podia-se encontrar, mas com bem menos frequência, críticas à exploração do “homem pelo homem”, isto é, críticas a exploração da força de trabalho alheia — iremos retomar este ponto em breve.

O que se almeja destacar até aqui é a dificuldade de separar a literatura naturalista de seu respectivo contexto de produção, uma vez que, como foi abordado, ela “herda” do Realismo o ensejo por representar a realidade “tal como ela é”, e propõe-se a assumir uma postura abertamente crítica às problemáticas sociais da sociedade em que estava inserida. Além disso, a literatura naturalista foi profundamente influenciada pelo cientificismo de sua época. Reitera-se então a profunda conexão da literatura naturalista com seu contexto de produção.

Retomando o ponto deixado em aberto anteriormente, Coutinho (2004), em seu capítulo citado, não se lança a elaborar uma análise aprofundada da conjuntura histórica (o contexto) em que estava inserido *O cortiço*, ou quaisquer outras das obras naturalistas e respectivos autores que por ele foram abordados(as). Ele menciona a “exploração do homem pelo homem”, mas não elabora sobre os pormenores do modo de produção, da divisão do trabalho ou da luta de classes nas respectivas condições históricas-materiais em que se deu tal exploração no Brasil durante a segunda metade do século XIX, ou as subjetividades que essa sociabilidade condicionava.

Em outras palavras, falta a análise em questão, um olhar mais materialista histórico-dialético sobre o contexto de produção das obras, o que a torna um tanto incompleta no que diz respeito à contextualização histórica. O método materialista histórico-dialético, de que se fala, consiste em, primeiramente, compreender o processo — o *modo* — de produção de uma

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

sociedade, isto é, a forma com que uma sociedade produz a vida, satisfaz suas necessidades (alimento, moradia, roupas, calçados etc.) — como o capitalismo, o socialismo, o feudalismo e entre outros —, e, por meio da compreensão do modo de produção, postular a respectiva divisão do trabalho que ele condiciona. A divisão do trabalho, em suma, seria o lugar/função que cada indivíduo ocupa no processo produtivo, o que, por sua vez, termina por dividir os indivíduos em diferentes classes sociais, diretamente relacionadas (reitera-se) ao lugar que estes ocupam no processo produtivo.

Lembrando que todas essas considerações devem ser postas historicamente, remetendo ao movimento dialético dos processos históricos que as formaram; não se trata de caracterizar o capitalismo, por exemplo, como uma categoria fixa e imutável, e sim, compreendê-lo através dos diversos processos históricos que, simultaneamente e dialeticamente (um em relação ao outro, e não como fenômenos isolados), levaram a sua formação. E, uma vez compreendida toda essa base material-histórica é que se pode então compreender as diferentes subjetividades que a materialidade histórica condiciona; as diferentes visões de mundo, consciências, que a materialidade histórica condiciona, pois, a classe — as condições materiais na qual está inserido o indivíduo, isto é, seu lugar na divisão do trabalho dentro do processo produtivo — que uma pessoa pertence irá condicionar a sua formação subjetiva, sua maneira de enxergar o mundo e a si mesma (Marx; Engels, 2007).

Assim, se em Coutinho falta uma preocupação maior com as questões materiais-históricas, elas, por outro lado, são essenciais para a análise de Candido (1991), em seu artigo *De cortiço a Cortiço*. Nele, o autor realiza elaborações sobre a divisão do trabalho desumanizante e racista do *capitalismo semicolonial brasileiro* do século XIX, que proporciona a ascensão de indivíduos privilegiados (neste caso: portugueses, brancos) por meio da exploração da força de trabalho de pessoas negras, mestiças, ou mesmo brancas, mas pobres, e, portanto, partilhando da “mesma” sina dos anteriormente citados, que, reduzidos a animais, burros de carga, ocupam as posições mais insalubres na divisão do trabalho.

Também há um esforço, por parte do autor, em abordar o quanto as condições e dinâmicas materiais de produção da riqueza, exploração do trabalho e intercâmbio pecuniário condicionavam o pensamento da época. Com o intuito de realizar uma exposição sobre a formação ideológica comum ao brasileiro branco e livre da época, Candido, destaca três

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

categorias que ele considera incertas, analisando a realidade material do Brasil, um país de povo majoritariamente mestiço e com um legado escravista-colonial. Nesse contexto, Candido propõe:

Daí a grosseria agressiva da formulação, feita para não deixar dúvidas: eu, brasileiro nato, livre, branco, não posso me confundir com o homem de trabalho bruto, que é escravo e de outra cor; e odeio o português, que trabalha como ele e acaba mais rico e mais importante do que eu, sendo além disso mais branco. Quanto mais ruidosamente eu proclamar os meus débeis privilégios, mais possibilidades terei de ser considerado branco, gente bem, candidato viável aos benefícios que a Sociedade e o Estado devem reservar aos seus prediletos.

Se estiver na camada de cima, asseguro deste modo a minha posição e desmascaro os que estão por baixo: portugueses pobres, gente de cor, brancos do meu tipo que podem cobiçar o meu lugar. Se estiver em camada inferior, devo gritar ainda mais alto, para me fazer como os de cima e evitar qualquer confusão com os que estão mais abaixo. Por isso eu empurro o meu vizinho de baixo e sou empurrado pelo de cima, todos querendo sofregamente ganhar o direito de serem reconhecidos nos termos implícitos do dito espirituoso. Uma espécie de brincadeira grossa de gata-pariu, onde cada um procura desalojar o vizinho e da qual saem sempre expulsos o mais fraco, o menos branco, o que se envolve mais pesadamente no processo de produção. (Candido, 1991, p.117).

Com base nessa citação, observa-se o escancaramento da ideologia racista típica à República Velha, que, por sua vez, refletia uma divisão do trabalho racista, estruturada pelo modo de produção capitalista semicolonial. A análise de Candido evidencia a intrínseca presença da colonialidade e do eurocentrismo na formação da sociedade brasileira, duas forças, que, segundo Maia e Farias (2022), estruturaram e ainda perpassam todos os setores das sociedades latino-americanas, inclusive a produção de conhecimento científico — ponto que será aprofundado no segundo tópico do presente artigo.

Ademais, nota-se que, de fato, Candido (1991) preocupa-se bastante com o contexto de produção de uma obra. Para ele, uma obra literária não é uma cópia exata do mundo, mas, ele também não compactua com a ideia de que a obra é um mundo completo em si e totalmente autônomo, existindo de si para si, sem nenhum lastro com a realidade. O autor postula que a obra possui suas próprias “regras”, isto é, uma estrutura, que, em um processo de transformação (e não de “cópia”), submete a realidade a tais “regras”, a esta “estrutura”, fazendo da realidade o material do qual a obra irá se utilizar para confeccionar o seu mundo fictício à sua maneira. Em outras palavras, a obra, “reorganiza” elementos da realidade “encaixando-os” em sua

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

própria estrutura interna. Uma estrutura interna, acrescenta-se, que não surge “do nada”, pois também reflete o respectivo contexto social do qual emerge (Campos, 2019).

Tendo em vista estas considerações, reitera-se que não se pode dissociar por completo uma obra de seu contexto de produção. Mas isso não necessariamente significa que esta é a única forma legítima de se interpretar uma obra. Segundo Candido (1997), numa outra publicação, uma das características de um texto literário consiste no fato de que ele “sobrevive” ao seu contexto de produção, a sua época. Ou seja, um texto literário não está preso ao seu tempo, ele continua sendo lido, relido e reinterpretado pelas gerações posteriores. Este aspecto do texto literário também é abordado por Compagnon (2010), entretanto, segundo esse autor, mesmo as reinterpretações da obra por parte desses leitores posteriores estão condicionadas pelo contexto material (socioeconômico) e subjetivo (cultural, ideológico) no qual estão imersos. Daí a importância de se reafirmar o contexto enquanto algo indispensável na leitura de uma obra literária, seja o contexto da obra ou de seus respectivos leitores.

Em suma, e isso precisa ser dito, o que se pretende com as postulações feitas até aqui não é deslegitimar as análises de Coutinho (2004), tanto que, sua diferenciação do Naturalismo em relação ao Realismo foi (e assim continuará) adotada pelo presente artigo. Também não se pretende deslegitimar outros materiais que não usem do método materialista histórico-dialético. O que se pretende, de fato, é deixar explícito o intuito deste trabalho em exercitar uma análise contextualizada da obra. Não como a única forma legítima de se ler e interpretar literatura, mas como a que se apresenta mais pertinente dado o caráter do próprio objeto de estudo enquanto pertencente à literatura naturalista.

## **2 Analisando o objeto de estudo em suas contradições e contexto**

### **2.1 Entre o materialismo e o determinismo racial**

Ramos (1980), em um breve ensaio, aborda uma falta nos escritores brasileiros (em geral), sendo ela, a falta de atenção às questões econômicas. O capital, na obra de muitos autores, é um fato consumado, não se dá a devida atenção a como a riqueza é produzida e

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

acumulada, isto é, não se dá a devida atenção às relações de produção, à divisão e exploração do trabalho e às relações de classe que esses fatores engrenam.

Pouco se diz e investiga sobre — exemplos trazidos pelo próprio Ramos — a situação econômica da loja do comerciante antes de ele a incendiar num ato de “loucura”, ou o ofício que se ocupava o homem que se suicidou ou matou os filhos; mas muito é dito e investigado sobre a loucura e a malvadez destas personagens.

Assim, é produzida uma literatura habitada por trabalhadores que nunca são vistos trabalhando ou sentindo a fadiga e o peso da labuta, e por detentores de capital, que, por terem do luxo ao ócio, podem cultivar questões introspectivas das mais complexas que alienam o leitor comum — sem nunca ser dada a devida atenção aos fatores econômicos (estruturais, acrescenta-se) que propuseram as personagens tal ócio primeiramente. Uma literatura cujas obras tecem abordagens incompletas de temáticas sociopolíticas, “incompletas” por não se debruçarem sobre as estruturas econômicas que as perpassam.

Tendo tudo isso em vista, *O cortiço* é um “ponto fora da curva” na literatura brasileira, ao se debruçar com profundidade nas respectivas dinâmicas econômicas do capitalismo semicolonial brasileiro do final do século XIX (Campos, 2019). Isto se dá, porque entre as influências científicas da obra, está o *materialismo*, possibilitando que a obra, ao construir suas representações da realidade, atente-se à “exploração do homem pelo homem” em seu lastro com a materialidade, tanto pela perspectiva dos exploradores, quanto pela perspectiva dos explorados. A seguir, a temática da exploração será subdividida em dois tópicos, sendo estes: *os exploradores e os explorados*.

### 2. 1. 1 Os exploradores

No que se refere aos exploradores, a obra apresenta a relação do Miranda com sua esposa Estela, abordando como essa relação é condicionada por fatores econômicos e interesses pecuniários por parte do Miranda que se utilizou do casamento com uma mulher de família abastada para alçar uma posição socioeconômica privilegiada.

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

Ainda antes de terminar o segundo ano de matrimônio, o Miranda pilhou-a em flagrante delito de adultério; ficou furioso e o seu primeiro impulso foi de mandá-la para o diabo junto com o cúmplice; mas a sua casa comercial garantia-se com o dote que ela trouxera, uns oitenta contos em prédios e ações da dívida pública, de que se utilizava o desgraçado tanto quanto lhe permitia o regime dotal (Azevedo, 2019, p. 11).

Se, de fato, os privilégios econômicos do Miranda e sua família advêm, principalmente, de capital herdado — já acumulado —, a obra também aborda como se dá a acumulação do capital em si, ao narrar os meios de ascensão de João Romão para tornar-se parte da burguesia local.

Indo, primeiramente, do roubo puro e simples da propriedade alheia, “propriedade”, que, no contexto do Brasil ao final do século XIX, também se traduz como a literal posse de outro ser humano na forma da escravidão, Romão toma “posse” da escrava Bertoleza e de suas economias ao fingir lhe alforriar (ou seja, libertá-la da escravidão), e rouba materiais de construção de outrem para construir o princípio do que viria a ser o seu cortiço.

Passando pela abnegação e mesquinhez — ele deliberadamente comia do que tinha de pior para não ter de gastar tanto —, e, principalmente, pela exploração da força de trabalho alheia, como dos trabalhadores da pedreira, que, não coincidentemente, também são moradores de seu cortiço — possibilitando-o lucrar também com o aluguel —, Romão vai acumulando cada vez mais capital e toma posse de cada vez mais terrenos e de pedaços da mesma pedreira.

Chegando ao lucro com o infortúnio dos moradores de seu cortiço, quando um incêndio o devasta. Enquanto Romão, a essa altura já parte da classe dominante local, se enche de felicidade com o ocorrido ao pensar no dinheiro que irá receber do seguro (que o fará até mesmo *lucrar* com o incêndio), os moradores do conjunto habitacional, por sua vez, lamentam o súbito desalojamento, a perda de bens, ou até — como a personagem Alexandre — a morte de parentes, como consta no trecho: “Em casa de Augusta, sobre uma mesa coberta por uma cerimoniosa toalha de rendas, estava o cadaverzinho da filha morta [...]. Alexandre, assentado a um canto da sala, com o rosto escondido nas mãos, chorava, aguardando o pêsame das visitas” (Azevedo, 2019, p.172).

O evento anteriormente descrito claramente demarca as diferenças entre as classes sociais das personagens; é a obra demarcando a desigualdade material entre elas.

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

### 2. 1. 2 Os explorados

Do lado dos explorados, acompanhamos, principalmente, o árduo cotidiano das lavadeiras:

A labutação continuava. As lavadeiras tinham já ido almoçar e tinham voltado de novo para o trabalho. Agora estavam todas de chapéu, apesar das toldas que se armaram. Um calor de cáustico mordia-lhes os toutiços em brasa e cintilantes de suor. Um estado febril apoderava-se delas naquele rescaldo; aquela digestão feita ao sol fermentava-lhes o sangue (Azevedo, 2019, p. 39)

Além da labuta das lavadeiras, também acompanhamos as degradantes condições dos trabalhadores da pedreira:

[...] tudo dava a ideia de uma atividade feroz, de uma luta de vingança e de ódio. Aqueles homens gotejando de suor, bêbados de calor, desvairados de insolação, a quebrarem, a espicaçarem, a torturarem a pedra, pareciam um punhado de demônios revoltados na sua impotência contra o impassível gigante que os contemplava com desprezo, imperturbável a todos os golpes e a todos os tiros que lhe desfechavam no dorso (Azevedo, 2019, p. 42).

Percebe-se que a obra postula a estreita relação entre a acumulação de capital e a exploração da força de trabalho dos pobres ao abordar as desiguais relações de classe no Brasil do final do século XIX. Esse olhar *materialista*, para Campos (2019), reflete certo “desencantamento” da obra com a ideologia liberal, uma doutrina econômica, que, segundo Maia e Farias (2022), é uma extensão da dominação dos países do centro do capitalismo sobre os países periféricos.

Os próprios meios pelos quais João Romão ascende socialmente refletem esse desencantamento. Se o liberalismo postula que a ascensão social virá com o devido esforço e mérito do indivíduo, percebe-se que não há qualquer *mérito* nos métodos utilizados por Romão para ascender socialmente (Campos, 2019). Métodos estes que vão desde o roubo, tanto de materiais quanto de uma pessoa (escrava), até as condições degradantes de trabalho as quais sujeita os moradores do cortiço para lucrar, estas, que, por sua vez, vão na contramão dos ideais de liberdades individuais pregadas pelo liberalismo (Tamano, 2011).

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

Esse “olhar desencantado” só é possível porque a obra se atenta para a realidade material nacional, percebendo que o capitalismo liberal das metrópoles mostra a sua face mais cruenta nos países periféricos, como o Brasil (Campos, 2019). Isto é, a obra percebe que a dinâmica material da dominação dos países do centro do capitalismo sobre os países periféricos faz com que estes tenham condições de trabalho e dinâmicas de exploração mais desumanas e rígidas do que aqueles (Maia; Farias, 2022).

### 2. 1. 3 O processo de modernização da República Velha

Voltemos a João Romão. Após o incêndio, com o dinheiro do seguro em mãos, o capitalista reforma e expande o seu cortiço, e as reformas empregadas, ao *modernizarem* os imóveis, acabam por valorizá-los, tornando-os mais caros, ou seja, inacessíveis para as camadas mais pobres e marginalizadas — em sua maioria negros e mestiços —, relegando-as ao despejo e desalento. Esse movimento modernizador, que, violentava e marginalizava as populações não-brancas, não coincidentemente, de fato ocorreu no conturbado contexto de produção da obra.

Segundo Tamano (2011), a então recém-nascida república brasileira, em um eurocêntrico complexo de querer equiparar-se aos modelos europeus de civilização, via diante de si um enorme entrave para o “progresso” nos negros e mestiços, pois, predominava na época, fruto da dominação e violência colonial, uma concepção de hierarquia racial — vinda da Europa — que concebia a superioridade racial dos europeus em relação aos povos não-brancos. Concepção esta que, na época, era plenamente legitimada como científica nas metrópoles, e, portanto, por uma relação de dominação intelectual, também no Brasil.

Ancorados nesse cientificismo, os dirigentes do estado brasileiro concluíram que uma nação majoritariamente composta por negros e mestiços não teria futuro, e, buscando sanar esse “problema”, tocaram inúmeros projetos de reformas urbanas para adequar os espaços das cidades aos moldes europeus, principalmente na então capital, o Rio de Janeiro. Entre os principais alvos destas reformas estavam os cortiços, que abrigavam aqueles que, supostamente, estariam impedindo o progresso civilizatório da nação.

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

Todo esse empreendimento por “progresso” e “civilização, terminou por desalojar e marginalizar ainda mais uma quantidade imensa de negros e mestiços, e até brancos pobres que dividiam o mesmo espaço daqueles. A obra de Azevedo (2019) retrata esse processo comparando o cortiço de João Romão com o seu rival *cabeça de gato*. De um lado, houve aquele que aderiu às modernizações e prosperou, excluindo boa parte daqueles que ocupavam as camadas menos favorecidas:

E, como a casa comercial de João Romão, prosperava igualmente a sua avenida. Já lá se não admitia qualquer pé-rapado: para entrar era preciso carta de fiança e uma recomendação especial. Os preços dos cômodos subiam, e muitos dos antigos hóspedes iam desertando para o ‘cabeça-de-gato’ e sendo substituídos por gente mais limpa. Decrescia também o número de lavadeiras, e a maior parte das casinhas eram agora ocupadas por pequenas famílias de operários, artistas e praticantes de secretaria. O cortiço aristocratiza-se (Azevedo, 2019, p. 42).

Como se percebe, neste trecho, o cortiço de João Romão modernizou-se, passando a abrigar pessoas de camadas sociais mais abastadas; enquanto do outro lado, restou àquele que não acompanhou a modernização o escárnio e a constante violência do estado:

O “Cabeça-de-Gato” estava vencido finalmente, vencido para sempre; nem já ninguém se animava a comparar as duas estalagens. À medida que a de João Romão prosperava daquele modo, a outra decaía de todo; raro era o dia em que a polícia não entrava lá e baldeava tudo aquilo a espadeirada de cego. Uma desmoralização completa! (Azevedo, 2019, p. 188)

Tendo vista esta citação, mais uma vez, fica evidente que o materialismo da obra a permite tecer uma representação profunda e crítica das problemáticas sociais da época.

#### **2. 1. 4 Tropeços do materialismo da obra**

Contudo, apesar de toda a atenção dada à materialidade, o determinismo racial, outra das influências científicas da obra, acaba sobrepondo qualquer explicação materialista que a obra pudesse postular sobre os problemas estruturais que aborda. Não são raros os trechos em que a obra postula uma hierarquia racial, a exemplo:

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

Ele propôs-lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua (Azevedo, 2019, p. 8)

Como ficou nítido no trecho citado, a obra incorpora em sua abordagem para com as personagens envolvidas na situação narrada uma clara hierarquização racial. Ao incorporar esta construção ideológica — que, à época, era plenamente legitimada como ciência — em sua estrutura interna, a obra acaba postulando a ideia de que, para os negros e mestiços, não havia a possibilidade de ascensão social por conta da (suposta) inerente inferioridade destes em relação ao homem branco, principalmente ao europeu, e não por conta do modo de produção capitalista semicolonial e sua divisão do trabalho racista na qual aqueles estavam (inevitavelmente) inseridos (Campos, 2019).

Dentro da estrutura do romance de Azevedo (2019), o meio, que sobre a perspectiva do determinismo, era o fator que produzia as ações e a mentalidade dos indivíduos, é, na obra, *inevitável* para os brasileiros de cor e mestiços, por serem de uma “raça inferior”. Por outro lado, esse mesmo meio, que representa um determinante fatal para aqueles de “raça inferior” (reitera-se), poderia vir a ser superado (ou não) pelos brasileiros brancos e pelos portugueses — como no caso de João Romão, que conseguiu ascender socialmente —, caso, estes, não cedessem às tentativas da terra de tragá-los, de os “abrasileirar” (Candido, 1991).

Caso exemplar da presença do determinismo na obra, e de sua concepção racista do povo brasileiro em função da idealização da suposta superioridade do povo europeu, é a transformação de Jerônimo através de sua relação com Rita Baiana. Jerônimo, português pobre, caracterizado pela obra como um homem honesto, dedicado e íntegro, ao se apaixonar por Rita Baiana, uma brasileira mestiça, acaba por passar por uma mudança de comportamento.

A vida americana e natureza do Brasil patenteavam-lhe agora aspectos imprevistos e sedutores que o comoviam; esquecia-se dos seus primitivos sonhos de ambição; para idealizar felicidades novas, picantes e violentas; tornava-se liberal, imprevidente e franco, mais amigo de gastar que de guardar; adquiria desejos, tomava gosto aos prazeres, e volvia-se preguiçoso resignando-se, vencido, às imposições do sol e do calor [...].

E assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português: e jerônimo abrasileirou-se. (Azevedo, 2019, p. 82).

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

Desse modo, volta e meia, a obra remete ao sol e a natureza brasileira como as forças motoras das ações das personagens, manifestações metonímicas do meio, sendo este, o Brasil. Rita Baiana, dentro da estrutura da obra, seria mais uma manifestação metonímica do meio, desvirtuando (“abrasileirando”) o íntegro, forte e honesto português, tornando-o cada vez mais vadio e leviano, suscetível a excessos, como (supostamente) são os brasileiros (Candido, 1991). Essa percepção do povo brasileiro da obra reflete uma problemática ainda maior, o *eurocentrismo*.

## 2. 2 Entre o nacionalismo e o eurocentrismo, a inferiorização dos povos não-europeus

Ramos (1980), em seu ensaio, também aborda a pretensão à universalidade dos autores brasileiros, pretensão que faz com que estes deixem de lado a realidade nacional, as problemáticas nacionais, a fim de escreverem obras universais, e de serem “notados pelo universo”. Mas, o que exatamente significa ser “universal” nesse caso? Ramos não chega a explicitamente elaborar o que seria essa “universalidade”, mas, o autor claramente postula essa categoria em relação a regionalidade, isto é, ao nacional (e vice-versa).

Maia e Farias (2022), ancorados no materialismo histórico-dialético, desenvolvem, que, a ideia de ser “europeu” e da Europa enquanto o centro civilizatório e histórico do mundo é uma construção ideológica, utilizada pelos colonizadores para não apenas negar as diversas identidades dos povos nativos da terra que viria a ser chamada de América Latina, como também — somada ao racismo, outra construção ideológica — para justificar as violências coloniais empreendidas contra estes povos. Esta construção ideológica, é o que se denomina como *eurocentrismo*.

Dentro da formação discursiva do eurocentrismo, todas as violências coloniais — a expropriação e exploração da terra, seus recursos e riquezas, e escravidão dos povos nativos — seriam, não apenas justificáveis, como necessárias em nome do processo civilizatório. A Europa, segundo esta construção ideológica, estaria encarregada de levar a sua religiosidade, seu modo de se organizar em sociedade, de *ser* e de *pensar* “superiores” até a “barbárie não-civilizada”, leia-se, a todo e qualquer povo inserido numa formação social material e subjetiva que não se estruturasse aos moldes europeus.

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

Assim, incontáveis culturas, *formas de conhecimento* e formações sociais foram dizimadas durante o colonialismo europeu. Suas existências, quando não apagadas, foram integradas à narrativa eurocêntrica da história, onde elas sequer existiam antes do “centro da história humana”, a Europa, “descobrirem-nas”. Todo esse histórico de violência e apagamento estruturaram a formação material e subjetiva posterior das sociedades latino-americanas, relegando-as a um papel de permanente dependência e submissão ao poder das metrópoles, um poder, que tem como um de seus principais pilares, o eurocentrismo.

A dominação ideológica do eurocentrismo se estende por todos os setores das sociedades latino-americanas, inclusive, na produção científica, do conhecimento, uma vez que apenas os conhecimentos produzidos aos moldes europeus serão legitimados como racionais e válidos, invisibilizando produções advindas de outras formações sociais, passando-se por universal.

Assim, na construção colonial epistemológica, o conhecimento advindo da Europa sempre foi considerado correto, científico, racional e superior, enquanto toda a produção advinda de outra origem geográfica foi configurada inferior ou não racional. A difusão mundial dessa ideia levou ao silenciamento de outros conhecimentos que não fossem o europeu, principalmente das culturas do sul global, extremamente marginalizada nesse processo (Maia; Farias, 2022, p. 578).

Posto tudo isso, retomando a definição deixada por finalizar anteriormente, neste artigo, interpreta-se as colocações de Ramos (1980) sobre a universalidade como problematizações sobre o eurocentrismo na produção literária brasileira. A tentativa de ser universal que o autor aborda, refere-se à tentativa dos autores brasileiros de se adequarem aos padrões literários europeus, em detrimento de um olhar mais atento as questões e problemáticas nacionais.

A problemática levantada por Ramos (1980) reflete o dilema em que se encontravam os intelectuais da época, inclusive os naturalistas; o dilema de abraçarem o cientificismo eurocêntrico vindo das metrópoles, que condenariam o futuro do Brasil por se tratar de uma nação majoritariamente composta por negros e mestiços, e, ao mesmo tempo, de lutar por afirmação nacional no novo regime republicano que acabava de nascer, e *O cortiço* reproduz esse dilema (Candido, 1991). Ora atentando-se à realidade nacional ao questionar o idealismo liberal e criticar a “exploração do homem pelo homem”, como foi abordado, ora reproduzindo construções ideológicas de supremacia racial europeia.

LUMEN, Recife, v. 34, n. 1, p. 146-163, jan/jun. 2025

### Considerações finais

Tendo em vista tudo que foi posto, primeiramente, a postura crítica combativa do movimento naturalista, por si só, já vai na contramão da ideia de representação isenta e objetiva do mundo, afinal, essa politização pressupõe uma tomada de posição quanto às questões sociais nas quais estavam imersas as obras naturalistas, uma tomada de posição em relação ao mundo. Pode-se concluir daí que o cientificismo das obras naturalistas, e — aplicando o recorte do presente artigo — de *O cortiço*, não se dá de forma despreziosa, isto é, não se dá de forma “neutra”, pois, o cientificismo é instrumentalizado para os fins políticos dos idealizadores e praticantes do movimento naturalista. O que não significa dizer, que, o cientificismo, caso não fosse “instrumentalizado” para determinados fins políticos, estaria isento de ser condicionado pelo contexto em que estava inserido, como fica nítido nos “tropeços” do materialismo da obra.

O materialismo da obra, que representava um passo adiante no retrato da realidade, por levar a literatura a se debruçar sobre os fatores econômicos (materiais) ao criar suas representações da sociedade e suas respectivas problemáticas, acabou por desaguar no determinismo racial. Uma teoria que legitimava a supremacia branca europeia e condenava a mestiçagem, que hoje é facilmente identificável como um pensamento racista isento de qualquer legitimidade ou validação, mas que à época era plenamente legitimado como ciência pelas respectivas instituições científicas e praticantes da ciência.

Assim, o próprio cientificismo que o Naturalismo lançava mão estava condicionado pelo contexto subjetivo (ideológico e cultural) e material (socioeconômico) em que estava inserido. O que, no contexto brasileiro do séc. XIX, significa a reprodução de construções ideológicas eurocêntricas e racistas estruturadas por um modo de produção capitalista semicolonial e sua respectiva divisão do trabalho racista.

Conclui-se, que, apesar do apurado olhar crítico às problemáticas da época, o cientificismo naturalista de *O cortiço*, contraditoriamente, por vezes, legitimou e reproduziu as construções ideológicas da mesma ordem dominante que tanto queria criticar. Legitimou e reproduziu o determinismo racial e o eurocentrismo. O que acabou por revelar a falta de consciência não apenas da obra, mas (também) de seu autor e dos integrantes do movimento

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

naturalista (de forma geral), de suas próprias limitações e contradições ideológicas enquanto entes condicionados pela conjuntura de sua época histórica.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Alúcio. **O cortiço**. 3ª edição. Jandira, SP: Principis.

CAMPOS, Lindenberg. Materialismo corticeiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 74, set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/P646H8z9fkMv6TmbyDvhdFG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: setembro de 2023.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. **Novos estudos**, São Paulo, 1991. p 111-129, 30 de julho. Disponível em: <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/mhlima/De%20cortico%20a%20cortico%20-%20Antonio%20Candido.pdf>. Acesso: Março de 2023

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**: resumo para iniciantes. 3ª edição. São Paulo: Humanitas, 1997.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Global, 2004.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: Literatura e senso comum. Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. 2. ed. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAIA, Fernando; FARIAS, Mayara. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações** (Campo

DOI: 10.24024/23579897v34n1a2025p1460163

Grande), v. 21, n. 3, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55LdndtrwkfkvRN5vqb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: setembro de 2023.

RAMOS, Graciliano. **O fator econômico no romance brasileiro**. in: RAMOS, Graciliano. Linhas tortas. 8ª edição. Rio, S. Paulo: Editora Record, 1980.

TAMANO, Luana. O cientificismo das teorias raciais em O cortiço e Canaã. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, n. 3, jul. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Lcng54skj7WDsgYQNFP4vBh/>. Acesso em: Julho de 2023.